

DIMENSÕES DE CIDADANIA TRANSCOMUNICATIVA: EXPERIÊNCIAS COMUNICACIONAIS DE MULHERES TRANS E TRAVESTIS

TRANSCOMMUNICATIVE CITIZENSHIP DIMENSIONS: TRANSVESTITE AND
TRANS WOMEN COMMUNICATIONAL EXPERIENCES

DIMENSIONES DE CIUDADANÍA TRANSCOMUNICATIVA: EXPERIENCIAS
COMUNICACIONALES DE MUJERES TRANS Y TRAVESTIS

Paulo Júnior Melo da Luz

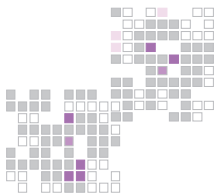
■ Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (PPGCC Unisinos). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Integrante do Grupo de Pesquisa Processocom.

■ E-mail: juniormelodaluz@gmail.com

Jiani Adriana Bonin

■ Professora e Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (PPGCC Unisinos). Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP). Coordenadora do Grupo de Pesquisa Processocom.

■ E-mail: jjaniab@gmail.com



RESUMO

Este artigo reflete sobre a construção da cidadania transcomunicativa a partir das vivências e concepções de seis mulheres transexuais e travestis. A reflexão articula os conceitos de gênero, cisgeneridade, transgeneridade, corporalidades, mídias e identidades ao de cidadania transcomunicativa vinculada ao contexto e às demandas específicas da população LGBTQIA+ e, especificamente, transgênera. São analisadas dimensões de cidadania transcomunicativa levando em conta os conhecimentos produzidos pelas interlocutoras, com o compromisso de pensar contradições, dialogias, transcendências aos gêneros, limitações e potências reflexivas.

PALAVRAS-CHAVE: CIDADANIA TRANSCOMUNICATIVA; TRAVESTIS E TRANSEXUAIS; GÊNERO; PROCESSOS COMUNICACIONAIS.

ABSTRACT

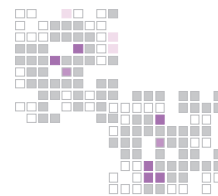
This article reflects on the construction of transcommunicative citizenship parting from the livings and conceptions of six transvestites and transsexual women. The reflection articulates the concepts of gender, cisgender, transgender, corporalities, media and identities to the transcommunicative citizenship, connected to the context and the specific demands of LGBTQIA+ population and, specifically, transgender. Are analyzed dimensions of transcommunicative citizenship considering the knowledge produced by the interlocutors, with the commitment to think contradictions, dialogism, gender transcendence, limitations and reflexive potential.

KEY WORDS: TRANSCOMMUNICATIVE CITIZENSHIP; TRANSVESTITE AND TRANSEXUAL; GENDER; COMMUNICATIONAL PROCESSES.

RESUMEN

Este artículo refleja la construcción de ciudadanía transcomunicativa a partir de las vivencias y concepciones de seis mujeres transexuales y travestis. Se articulan los conceptos de género, cisgénero, transgénero, corporalidades, medios e identidades a la ciudadanía transcomunicativa, vinculados al contexto y a las demandas de la población LGBTQIA+ y, específicamente, transgênera. Son analizadas dimensiones de ciudadanía transcomunicativa considerando los conocimientos producidos por las interlocutoras, con el compromiso de pensar contradicciones, conexiones, transcendencia a los géneros, limitaciones y potencias reflexivas.

PALABRAS CLAVE: CIUDADANÍA TRANSCOMUNICATIVA; TRAVESTIS Y TRANSEXUALES; GÉNERO; PROCESOS COMUNICACIONALES.



1. Introdução

O Dossiê da Associação Nacional de Travestis e Transexuais¹ sinaliza que 315 pessoas trans² foram assassinadas no Brasil nos últimos dois anos: 175 em 2020 e 140 em 2021. O país segue sendo o que mais assassina pessoas trans no mundo pelo 13º ano consecutivo. Também seguimos sem nenhuma ação do Estado no combate à transfobia. No relatório são apontados, ainda, aspectos como o desrespeito às identidades de gênero nos relatórios policiais, que geram subnotificações das violências; alto risco para pessoas com estética e aparência não-normativas; crimes com uso de violência e em via pública; suspeitos não identificados e sem relação afetiva ou direta com as vítimas; falta de rigor nas investigações e impunidade às pessoas responsáveis.

A morte sistemática de pessoas trans no Brasil é parte da necrobiopolítica na qual o Estado e as esferas de poder econômico definem quem vive e quem morre através de um poder-disciplinar (Bento, 2018; Mbembe, 2011; Foucault, 2017). Pessoas trans são consideradas *desumanas* (Butler, 2017) perante a lógica de um CISTema³ heteronormativo, branco e masculino. O neoliberalismo, enquanto normativa global e razão do mundo (Dardot; Laval, 2016) infiltra-se nos governos, nas instituições e nas pessoas, forjando e fortalecendo desigualdades. Leis, políticas públicas e projetos são feitos a partir

1 ANTRA. Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021. Disponível em: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf>. Acesso em: 3 fev. 2022.

2 Ao mencionar “pessoas trans” são incluídas quaisquer pessoas transgêneras. “Mulheres trans” também é usado para indicar “mulheres transexuais”.

3 CISTema, com C, diz respeito a um sistema cisgênero no qual as pessoas se identificam com os comportamentos e papéis sociais esperados do gênero que lhes foi atribuído ao nascimento, geralmente reproduzindo lógicas hegemônicas brancas, masculinistas e de classes sociais mais abastadas financeiramente (Nascimento, 2021).

desse modelo neoliberal e cisgênero.

Considerando que as mídias são espaços chaves na configuração de nossas concepções enquanto cidadãs e cidadãos e de nossas identidades (Maldonado, 2014; Luz, 2022), destacamos que elas têm contribuído pouco para produzir uma visibilidade mais densa e concreta das trans e travestis. Os grupos sociais hegemônicos que controlam as mídias disseminam seus valores, ideais, produtos e imagens em detrimento de outros que são oprimidos no CISTema (Jesus, 2010).

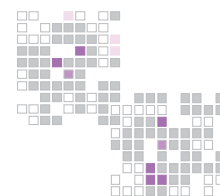
Por desafiarem as leituras de gênero da norma cisgênera, as mulheres travestis e transexuais são párias no CISTema sexo-gênero-desejo hegemônico, que se ancora num essencialismo biologista. Deste lugar marginalizado, elas podem ver as invisibilidades historicamente perpetuadas sobre suas corporalidades e seus saberes (Nascimento, 2021).

Levando em conta este cenário, propomos aqui refletir sobre a construção da cidadania transcomunicativa a partir de compreensões construídas em diálogo com seis mulheres transexuais e travestis sobre seus processos comunicacionais e suas experiências e concepções de cidadania no campo da comunicação⁴. Iniciamos o texto refletindo sobre as corporalidades trans e as identidades de gênero, seguindo pelas noções de cidadania comunicativa para, então, desenvolvermos as dimensões constitutivas da cidadania transcomunicativa.

2. Corporalidades e identidades trans

Antes de tratar das corporalidades e identidades trans, vale esclarecer que as sujeitas com quem

4 Esta discussão tem como base a pesquisa “Cidadania transcomunicativa: processos comunicacionais de mulheres transexuais e travestis”. A pesquisa empírica foi realizada com interlocutoras do Rio Grande do Sul e de uma casa de acolhimento em São Paulo (Luz, 2022).



dialogamos na pesquisa têm perfil diversificado em termos de idade, escolaridade, profissão e

formação, como se pode ver no Quadro 1.

Quadro 1 – Perfil das interlocutoras⁷ da pesquisa

| Sujeita | Idade | Cor* | Profissão | Escolaridade | Cidade Natal | Cidade Atual |
|---------|-------|--------|-----------------------------|----------------------------|-------------------------------------|-------------------------------|
| 1 | 50 | Branca | Publicitária | Bacharela em Design | Cruz Alta/RS | Sapiranga/RS |
| 2 | 33 | Branca | Assessora Parlamentar | Ensino Médio Completo | Sapiranga/RS | Novo Hamburgo/RS |
| 3 | 26 | Branca | Profissional do Sexo | Ensino Médio Incompleto | Sapiranga/RS | Sapiranga/RS |
| 4 | 18 | Branca | Estagiária de Meio Ambiente | Ensino Médio Incompleto | Sapiranga/RS | Sapiranga/RS |
| 5 | 28 | Parda | Estudante de Jornalismo | Ensino Superior Incompleto | São Paulo/SP, cresceu em Uberaba/MG | São Paulo/SP (Casa Florescer) |
| 6 | 28 | Preta | Articuladora Social | Ensino Médio Completo | Ilhéus/BA | São Paulo/SP (Casa Florescer) |

Fonte: Próprios autores (2022).

* autodeclarada.

A busca por reconhecimento e valorização das identidades e das corporalidades trans e travestis faz com que as sujeitas se insiram nas brechas, em suas performances de gênero, para aparecer e exigir uma vida habitável (Butler, 2017), mesmo que subalternizadas pelos debates públicos no regime necrobiopolítico (Morales Medina, 2019). Nas mídias, nossas interlocutoras experimentam formações de corporalidades e identidades travestis e transexuais reguladas por padrões cisgêneros. Suas corporalidades não aparecem com protagonismo nas mídias e, quando aparecem, ficam reféns de lógicas mercadológicas vinculadas ao que é aceito hegemonicamente. Essa realidade colabora para a exclusão sistemática desses corpos em lugares de trabalho, de produção de conhecimentos e de cidadania.

Dados da ANTRA⁶ mostram que 90% da população trans está na prostituição por falta de oportunidades de emprego. O *transfake*⁷ e a formação *lato sensu* a partir de padrões hegemônicos de conhecimento colocados pelas mídias, famílias e instituições educacionais formais (Louro, 2014) demandam uma exigência contínua de respeito por parte das travestis e transexuais, que não têm seus corpos, identidades, discursos, performances e demandas reconhecidos socialmente.

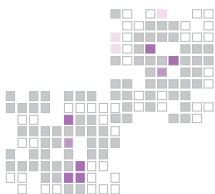
Não temos uma lei sequer direcionada especificamente às pessoas LGBTQIA+⁸, apenas direitos garantidos por jurisprudências

6 Dados trazidos por Bruna Benevides, representante da ANTRA. Disponível em: <<https://antrabrasil.org/2019/11/21/antra-representa-o-brasil-em-audiencia-na-cidh/>>. Acesso em: 9 fev. 2022.

7 Recurso pelo qual uma pessoa trans é representada ou interpretada por uma pessoa cisgênera em obras de ficção.

8 A sigla LGBTQIA+ busca incluir a maior diversidade de gêneros possível, abrangendo lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros, queers, intersexuais, assexuais e o sinal de + para agregar quaisquer que se identifiquem em outra expressão de gênero.

5 Os nomes das participantes foram omitidos para proteção da confidencialidade dos dados.



feitas frente à omissão dos poderes legislativo e executivo. Neste contexto, a organização de movimentos sociais de travestis vem se articulando em torno da luta por segurança e reconhecimento de cidadania (Silva, 2021). Esses movimentos têm pautas que se assemelham à proposta de um transfeminismo, que visa a união e inclusão de corpos trans e não trans na luta por direitos LGBTQIA+ (Nascimento, 2021).

Na pesquisa em comunicação, há poucas produções relacionadas às temáticas trans e travestis.⁹ Vemos, mais recentemente, uma emergência de produções sobre elas. Em buscas empreendidas nos portais de periódicos, teses e dissertações, poucas teóricas e pesquisadoras trans e travestis aparecem. Partindo da necessidade de considerar epistemologias plurais na produção de conhecimentos, entendemos que as epistemologias dessas pessoas devem ser levadas em conta também nos ambientes da academia.

Nas mídias hegemônicas, a presença das trans e travestis também é limitada e, em geral, marcada por estereótipos e pelo uso do recurso *transfake*. Na sua maioria, as produções são pensadas e concebidas por pessoas cisgêneras. Das próprias interlocutoras emerge a demanda por uma visibilidade mais densa nas mídias e realizada com a participação de mulheres trans e travestis.

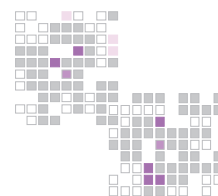
Transcendendo ao padrão binário, existem feminilidades e mulheridades (Nascimento, 2021) pensadas além das cisgeneridades e, com elas, pode-se pensar as transgeneridades que performam atributos dessas categorias pluriversais. Símbolos das feminilidades são atribuídos às corporalidades das mulheres trans

e travestis que ressignificam seus corpos em transgressões do gênero normativo (Pelúcio, 2009). Os corpos não se conformam às normas impostas a eles, construindo-se artificial e constantemente, assim como o gênero (Butler, 2019). Corpos são, também, referências às identidades, âncoras dos vínculos e conexões, pontos de apoio para as performances e materializações de uma tecnologia que funciona como discurso de masculinidades ou feminilidades (Lauretis, 2019). No entanto, corpos travestis e transexuais operam muitas vezes em interseccionalidades de mulheridades, feminilidades e/ou masculinidades que vão contra lógicas de linearidades genéricas (Ribeiro, 2016).

O corpo é aqui pensado na inter-relação com a cultura, entendendo seus códigos e processos culturais constitutivos dentro de uma relação íntima (Rosário; Aguiar, 2014). Já a corporalidade é tratada em diálogo com os processos comunicacionais do corpo. As corporalidades trans e travestis são pensadas em suas estéticas singulares, que se conectam intimamente às suas lutas e identidades. São corporalidades valorizadas pelas mudanças, vividas nas materialidades e dinâmicas cotidianas da experiência (Machado, 2019).

Nas relações com as mídias hegemônicas, as corporalidades e os gêneros trans são construídos a partir de um modelo instituído como “normal” socialmente, dentro da norma cisgênera. Nos diferentes gêneros e em múltiplas linguagens, o heteronormativo cisgênero inscreve-se estabelecendo binarismos entre masculino e feminino, sendo necessário romper essas polaridades para articular a reflexão sobre transgeneridades. A comunicação das corporalidades e identidades trans é múltipla e não passiva às regulações do biopoder (Preciado, 2011), elaborando linguagens corporais próprias que podem ser ou não contra hegemônicas.

⁹ Afirmações feitas com base em levantamento bibliográfico realizado nos bancos de dados: teses e dissertações da Capes; Compós; Portcom; Scielo; Unisinos; Redalyc; Clasco e Google Acadêmico. Os filtros utilizados foram a temporalidade de 5 anos (entre 2015 e 2020); em casos com poucos resultados, foram pesquisados 10 anos (2010-2020).



Os corpos trans são comumente associados ao fetiche e à pornografia. O Brasil é o país que mais consome pornografia trans no mundo de acordo com pesquisa da ANTRA¹⁰ divulgada por Bruna Benevides em 2020. As corporalidades trans tendem a ser sexualizadas, fetichizadas e exotizadas num contexto patológico e farmacopornográfico (Preciado, 2018).

3. Cidadania *trans* comunicativa

Nesse cenário adverso, pensamos a *cidadania trans comunicativa* como lugar de resistência e ruptura, entendendo-a como dimensão construída na agência de pessoas que se articulam coletivamente para participar da sociedade e, também, transformá-la (Saggin, 2016). Em coletividades, as mulheres trans e travestis constroem e reconstróem suas culturas e identidades articulando-se, formando alianças, construindo sua própria cidadania com elementos políticos e culturais, com suas diversidades (García Canclini, 1999). Essas alianças podem ser contra hegemônicas e potencializar a construção de uma nova cultura política entre elas, produzindo novas formas subjetivas, emancipatórias, críticas e de comunicar (Santos, 2008; Saggin, 2016).

Nesse sentido, valorizamos e colaboramos com as epistemologias produzidas por mulheres trans e travestis (Nascimento, 2021). Compartilhando e refletindo com elas, pensamos nas resistências e ressignificações possíveis, em novos modos de fazer política e produzir mídias que levem em conta afetos e emoções (Sousa, 2021), em espaços próprios de autorrepresentação (Castells, 2013).

Na constituição e no exercício da cidadania, a comunicação midiática pode contribuir para dar

existência pública às mulheres trans e travestis e às suas demandas (Mata, 2006), como fazem algumas interlocutoras da pesquisa nos espaços da internet, ampliando suas histórias para encontrar sororidades (Nascimento, 2021). As mídias podem favorecer as visibilidades de pessoas trans e colaborar na construção de projeções de quem desejam ser (Luz, 2022), tornando essas redes espaços de ação e de emancipação vinculados às suas corporalidades e vivências.

Nossa análise relativa à construção da cidadania trans comunicativa a partir do diálogo com as interlocutoras da pesquisa nos permitiu entendê-la a partir das dimensões que especificamos a seguir.

3.1 Dimensão filosófica/epistemológica

Distinguimos dois processos vinculados de formação epistêmica necessários à cidadania trans comunicativa: um relacionado ao autoconhecimento das mulheres trans e travestis sobre elas mesmas, que pode ser desenvolvido a partir de processos educacionais no interior de coletivos e movimentos e auxiliado por outras instâncias da sociedade, como as mídias e as instituições educacionais; outro ao conhecimento, pelas pessoas cisgêneras, das realidades trans, que pode ser potencializado por instâncias como instituições educacionais e mídias desde que seu tratamento ganhe aprofundamento crítico e que a questão do gênero e as histórias das mulheres trans sejam trazidas de forma verossímil, sensível e reflexiva.

As participantes da pesquisa apontam a necessidade de se discutir gênero desde cedo, porque esse debate provoca uma abertura para o diálogo, para que possam se entender e explorar suas identidades e corporalidades. Antes de começar o processo de transição, o autoconhecimento de seus desejos e identificações auxilia na afirmação de si mesmas perante a família e a sociedade. O acolhimento é facilitado

10 BENEVIDES, Bruna. Brasil lidera consumo de pornografia trans no mundo. Disponível em: <<https://revistahibrida.com.br/2020/05/11/o-paradoxo-do-brasil-no-consumo-de-pornografia-e-assassinatos-trans/>>. Acesso em: 30 jan. 2022.

se houver compreensão dessas identidades.

As redes sociais digitais permitem que aquelas que têm acesso possam encontrar referências por conta própria, solucionar dúvidas e aprender mais sobre a transgeneridade. No entanto, essas referências ainda são buscadas num contexto isolado, geralmente quando estão sozinhas, sem incentivo da escola ou da família. As questões de gênero emergem sutilmente, mais nas universidades do que na educação básica e escolar;¹¹ nas mídias hegemônicas aparecem em geral com recortes simplistas e estereotipados.

As mídias ajudam mulheres trans na construção de suas identidades e corporalidades ao oferecerem oportunidade para que reflitam sobre suas transições e compartilhem questões através de meios que têm disponíveis, como em um canal do YouTube, por exemplo.

A dimensão filosófica/epistemológica considera o conhecimento das mulheres trans e travestis e o necessário compartilhamento de suas sabedorias utilizando seus corpos e falas para transcomunicar.

3.2 A dimensão política

Essa dimensão vincula-se às identidades e corporalidades como mediação política, em processos comunicacionais que colaboram para a construção da cidadania. São corpos comunicantes que atuam, resistem e constroem as possibilidades de uma nova sociedade politizada e educada para o gênero.

A dimensão política inscreve-se no fazer cotidiano (Certeau, 1994), nas táticas que as interlocutoras constroem para resistir e usar suas corporalidades para contestação do CISTema. Está interconectada com as demais pois a própria manifestação do corpo trans já se configura como

ato político. Vincula-se também a leis, políticas públicas, programas de acesso à cidadania bem como a tentativas de pensar ampliações para a *práxis* política, que ainda carece da união e articulação das trans e travestis para disputarem seu espaço de cidadania transcomunicativa.

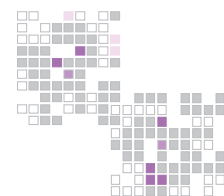
O sistema necrobiopolítico marginaliza e opera decidindo quem vive ou morre dentro do CISTema político. A sutileza das redes de poder político funciona dificultando acessos, abandonando, gerando expulsões, proibições e LGBTfobia. Um dos principais empecilhos na construção de cidadania transcomunicativa é a falta de representatividade nas esferas de poder político legislativo. Sem pessoas com vivências trans e travestis e sem pautas que objetivem direitos e enfrentamentos por elas é difícil construir leis e garantias.

Na política, nas mídias e em outros âmbitos da sociedade, a marginalização das pessoas trans se relaciona à dificuldade de acesso delas a estas esferas, à evasão escolar (ensino básico e graduação), à dificuldade em eleger quantidade significativa de pessoas trans, ao espectro conservador e à invisibilidade midiática. Não ocupando espaços públicos e comuns, elas continuam silenciadas e suas vidas não são levadas em consideração na hora de pautar direitos básicos à humanidade. Estar em vulnerabilidade econômica, social e afetiva demanda que, primeiramente, se busquem condições mínimas para a autonomia. A cidadania transcomunicativa demanda que as mulheres trans e travestis possam exercer concretamente seus direitos e comunicá-los sem a instabilidade financeira e social.

3.3 A dimensão popular/das ruas

Os movimentos sociais de pessoas trans pautam as necessidades e as demandas delas desde suas fundações. Essas articulações surgem da necessidade de tornarem visíveis as perseguições

¹¹ Nenhuma das interlocutoras chegou à pós-graduação *stricto sensu* (ver Quadro 1). Referimos aqui a educação relacionada à escola de ensino básico e aos cursos de graduação.



e a falta de segurança de mulheres trans e travestis nas ruas (Silva, 2021). Muitas delas, trabalhando na prostituição, eram espancadas e alvos de violência. Infelizmente o contexto do Brasil não mudou tanto desde então. Mesmo com maior visibilidade midiática dessas pessoas, a inverossimilhança das narrativas LGBTQIA+ não colabora para uma efetiva cidadania transcomunicativa ao trabalhar com recortes e enquadramentos da realidade economicamente interessantes aos conglomerados midiáticos. Esses construtos costumam ser redutores porque se adequam ao que é hegemonicamente aceito socialmente, sem o compromisso de uma pauta social transformadora.

A sororidade é uma arma poderosa (hooks, 2019); na união das mulheres trans e travestis nas ruas emerge a dimensão popular da cidadania transcomunicativa. A exotização do corpo travesti e trans, a precariedade de seus espaços de habitação, a marginalidade econômica e o abandono que as deixa muitas vezes em situação de rua fazem com que seus conhecimentos, em parte, se fundem nas ruas.

Esses saberes se articulam, se unem e se desunem porque são realidades que se distinguem a partir de suas corporalidades, identidades e oportunidades. Há grupos diferentes entre as travestis, as trans e os gays, por exemplo, mas existem pautas que interessam a todos, todas e todes porque são alvos da necrobiopolítica. A união começa pela solidariedade.

As vivências das interlocutoras se combinam com as ruas. Nesse espaço de resistência e de trabalho elas ficam, porém, expostas à violência. Ali, enquanto trabalham, ocorrem uniões e compreensões. Mesmo que haja disputa pelo ponto e pelos clientes entre as trabalhadoras do sexo, há também cumplicidade para sobreviver à violência e à transfobia. Há um entendimento de que o sofrimento é similar e que, por estarem ali, estão expostas ao mesmo tipo de preconceito.

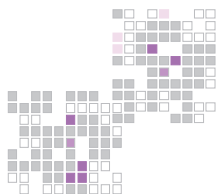
A situação desigual e a falta de entendimento e conhecimento de direitos e programas sociais às quais podem ter acesso dificulta a independência e autonomia relativa. A sobrevivência delas depende, às vezes, dessa sororidade.

No contato com as interlocutoras, entendemos a cidadania como dimensão vinculada à formação de grupos e movimentos sociais, com diferenças de pautas, mas que podem se articular aos espaços de poder mais próximos, mobilizando as semelhanças. Trazer esse conhecimento das ruas faz com que a construção da cidadania transcomunicativa ganhe um referente concreto para seu exercício e tire o estigma que surge por falta de conhecê-las melhor.

3.4 A dimensão da resistência

Resistir também é falar, expressar indignação e enfrentar as repressões e violências. A rua forma resistências, mas é a partir do diálogo que se constitui um espaço de compartilhamento. A fala gera identificação e, no envolvimento das interlocutoras, se constrói esse espaço que pode ser de reflexão. Indo além do “direito à expressão”, pode ser ato de resistência, de coragem e gesto político que desafia a dominação (hooks, 2019).

Corpos trans têm um modo específico de comunicar com suas particularidades, porque combinam elementos que afrontam normas estabelecidas de uma forma visual e expressiva, mexem com a estrutura social fundada no binário e reivindicam um espaço que, historicamente, não puderam ocupar. Uma cidadania transcomunicativa emerge desses corpos quando convergem em demandas repletas de diferenças físicas e subjetividades, que destacam uma força singular pautada pelo elemento de sororidade, que passa a transbordar e transitar pelas feminilidades (com outras mulheres cisgêneras e trans) e, também, pelas masculinidades aliadas. O diálogo, na construção das resistências, é fundamental. Utilizando da dialogia, é possível



enfrentar com crítica o CISTema. O “erguer a voz” (hooks, 2019) já é um enfrentamento quando feito por uma mulher trans.

Dados de pesquisa realizada pela ABGLT¹² evidenciam que mais da metade das pessoas LGBTQIA+ evadem do ensino escolar básico por sofrerem agressões por sua expressão de gênero. Essa situação constitui um obstáculo à cidadania transcomunicativa, porque não se abre um espaço de formação para que elas reflitam sobre seus gêneros, recebam acolhimento e dialoguem sobre suas necessidades. A casa, a escola, as ruas, todos esses locais deveriam ser de formação das subjetividades e de compreensão das corporalidades e identidades. O assédio constante e as violências são limitadores da livre expressão e da manutenção da saúde física e mental.

Como pensa uma das participantes da pesquisa – valorizando a prática dialógica, como pensa Freire (2018) – não é somente a sua voz que pode ter validade. O diálogo é basilar para formar novos conhecimentos, ampliando outras vozes, formando estratégias e ferramentas para resistir e combater opressões.

3.5 A dimensão da esperança

Aos poucos, as mídias trazem maior visibilidade às mulheres transexuais e travestis. Nossas interlocutoras também experimentam possibilidades de maior autonomia e conquista de direitos básicos. Alguns vislumbres de mudanças surgem, possibilitando que a dimensão da esperança se constitua. Neste contexto, o acesso à educação para o gênero desde a escola fundamental, a criação de novos espaços de acolhimento, os debates públicos (nas mídias,

na política, na economia etc.) sobre suas pautas e direitos e, principalmente, a conscientização coletiva, vão sendo construídos a partir das lutas das mulheres trans e travestis.

A esperança ativa é dimensão constitutiva da cidadania transcomunicativa. Sem perspectivas futuras ela não pode ser construída. Ao tomar consciência das relações de gênero, é possível ter esperança e fazer algo para mudar as condições de opressão.

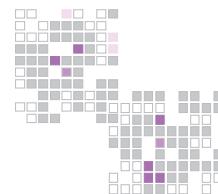
Uma de nossas interlocutoras pensa que a educação (em sentido amplo) é uma dimensão crucial da mudança, na forma como os gêneros são ensinados, apresentados e explicados, porque a aceitação e o acolhimento passam a ser mais eficazes quando há entendimento e quebra dos estereótipos. Ela sente que uma mudança está acontecendo, mas é preciso que as transexuais e travestis estejam presentes nessa trans-formação que constrói a cidadania transcomunicativa. O questionamento sobre a aceitação das pessoas trans também leva à reflexão sobre o que esperar das próximas gerações que já têm maior acesso a dispositivos digitais de formação. Quando pessoas trans acessam os meios de comunicação, constroem narrativas que podem oferecer esperança às gerações futuras, para que pessoas trans se identifiquem e se informem sobre suas expressões de gênero, e pessoas cis entendam melhor suas realidades.

A esperança também é cultivada nas mídias quando as corporalidades trans e travestis expressam suas realidades e compartilham suas experiências. É o caso de uma das colaboradoras que, em seu canal do YouTube, expõe sua realidade em processos comunicacionais que têm como objetivo oferecer uma perspectiva para que outras pessoas possam se identificar com as vivências dela.

3.6 A dimensão do afeto

Esta dimensão é pensada a partir do

12 Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil em 2016. Relatório da Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT. Disponível em: <<https://abgl.org.br/pesquisa-nacional-sobre-o-ambiente-educacional-no-brasil-2016/>>. Acesso em: 15 mar. 2022.



reconhecimento de que trocas e relações são chaves para aberturas de outros mundos possíveis cruzando-se com outras para que seja possível construir comunidades de luta a partir das diferenças (Lorde, 2019). Inspirados pelo transfeminismo que também acolhe e demanda afetos nas construções de suas pautas, pensamos a cidadania transcomunicativa de maneira integrativa, acolhedora e com um potencial político que parte dos afetos construídos em performances de corporalidades e identidades trans e travestis.

As interlocutoras nos fizeram entender que a falta de afeto é chave em seus traumas. São obstáculos que encontram para exercerem a cidadania transcomunicativa: a não valorização de suas epistemologias; a falta de políticas para elas; a resistência às suas existências; o preconceito à ocupação de espaços nas ruas; o fechamento de oportunidades que abalam suas esperanças e a falta de compreensão e de afeto que as expulsa de casa, coloca-as em situação de marginalidade econômica e provoca doenças e abalos às suas corporalidades e identidades.

Sensibilizar para a necessidade do afeto demanda, também, disputar espaços midiáticos para que suas histórias (e epistemologias) ganhem maior dimensão e para que políticas sejam pensadas e realizadas. O apagamento das histórias reais não ajuda porque colabora para a estereotipia limitante, que resulta em preconceito e transfobia. Consideramos o afeto um elemento catalisador. É preciso postura

dialógica e escuta afetiva. As interlocutoras sofrem exclusão também por não serem ouvidas e não conseguirem espaço para expressarem suas demandas.

Reconhecer e entender o pacto da cisgeneridade permite trabalhar para desfazê-lo como referência para pensar transgeneridades, mas isso se faz com a criação de laços de afeto que não verticalizam as relações. É preciso dialogar e entender as divergências entre pessoas cis e trans, e qual o lugar que cada um ocupa na estrutura do poder (Butler, 2017). Assim, podem ser encontrados pontos de convergência e divergência para formar as pontes necessárias para construir a cidadania transcomunicativa.

Nesse texto, buscamos refletir sobre dimensões da cidadania transcomunicativa pensadas a partir dos conceitos de gênero, cisgeneridade, transgeneridade, corporalidades, identidades, mídias e cidadania, em diálogo com as contribuições de seis interlocutoras trans e travestis. Essas dimensões foram analisadas levando em conta os conhecimentos produzidos pelas interlocutoras, e problematizando-os para pensar contradições, limitações e potências reflexivas. Não pensamos a cidadania transcomunicativa como um conjunto de conquistas individuais, mas como um campo de construção coletiva e de disputa constante em que não há espera, mas esperança.

Referências

BENTO, Berenice. Necrobiopoder: quem pode habitar o Estado-nação? *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 53, [s./n.], p. 1-16, 2018.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

_____. *Vida precária: os poderes do luto e da violência*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

DAROT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática docente*. São Paulo: Paz e Terra, 2018.
- GARCÍA CANCLINI, Néstor. *Consumidores e Cidadãos*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.
- hooks, bell. *Erguer a voz*. São Paulo: Editora Elefante, 2019.
- JESUS, Jaqueline Gomes de. *O protesto na festa: política e carnavalização nas paradas do orgulho de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT)*. 2010. 194 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2010.
- LAURETIS, Teresa de. A tecnologia de gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- LORDE, Audre. *Irmã outsider*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- LUZ, Paulo Júnior Melo Da. *Cidadania transcomunicativa: processos comunicacionais de mulheres transexuais e travestis*. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2022.
- MACHADO, Alisson. *Toda trabalhada na wi-fi: cotidiano travestis em trajetórias digitais*. 2019. 198 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, 2019.
- MALDONADO, Alberto Efendy. Perspectivas transmetodológicas na pesquisa de sujeitos comunicantes em processos de receptividade comunicativa. In: MALDONADO, Alberto Efendy et al. *Panorâmica da investigação em comunicação no Brasil: processos receptivos, cidadania e dimensão digital*. Salamanca: Comunicación Social Ediciones y Publicaciones, 2014. p. 31-57.
- MATA, Cristina. Comunicación y ciudadanía. Problemas teórico-políticos de su articulación. *Revista Fronteras - estudios midiáticos*, v. 3, n. 1, [s./p.], jan./abr. 2006.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. Espanha: Melusina, 2011.
- MORALES MEDINA, Deicy Yvets. *O corpo travesti: a memória dos sujeitos comunicantes*, Brasil. 2019. 184 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2019.
- NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021.
- PELÚCIO, Larissa. *Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo da AIDS*. São Paulo: Annablume, 2009.
- PRECIADO, Paul B. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 11-20, 2011.
- _____. *Testo Junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica*. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. Rio de Janeiro: N-1 Edições, 2018.
- RIBEIRO, Djamilia. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2016.
- ROSÁRIO, Nísia Martins do; AGUIAR, Lisiane Machado. Implosão mediática: corporalidades nas configurações de sentidos da linguagem. *Significação: Revista de Cultura Audiovisual*, v. 41, n. 42, p. 166185, dez. 2014. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/significacao/article/view/82572>>. Acesso em: 2 fev. 2022.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- SAGGIN, Livia Freo. *Educomunicação, mídias digitais e cidadania: apropriações de oficinas educacionais por jovens da vila Diehl na produção do blog Semeando Ideias*. 2016. 328 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2016.
- SILVA, Jovanna Baby Cardoso da. *Bajubá Odara: resumo histórico do nascimento do movimento de travestis do Brasil*. Picos: Fonatrans, 2021.
- SOUSA, Leila Lima de. *Aprender-sendo: cidadania comunicativa e existências comunicacionais de mulheres negras de Codó e Imperatriz*, no Instagram. 2021. 412 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2021.

